

## CONCORDÂNCIA DE PRONOMES PESSOAIS EM FRASES COPULATIVAS

**Denilda Moura**

Universidade Federal de Alagoas

**Resumo:** Na discussão sobre a concordância de gênero, número e pessoa com pronomes em frases copulativas, procuramos mostrar a assimetria existente entre os traços de pronomes de 1ª e 2ª pessoas vs. os pronomes de terceira pessoa, detectada em construções copulativas, em que o adjetivo/particípio assume importante papel na concordância, em especial com os pronomes de 1ª e 2ª pessoas. Alguns dados diacrônicos são apresentados como evidências dos fenômenos ativos na língua. Na busca de uma explicação satisfatória para os dados do PB, a hipótese DP (ABNEY, 1987) e a hipótese da estrutura interna do DP pronominal (RITTER, 1991, 1993, 1995) são discutidas.

**Palavras-chave:** Pronomes pessoais; concordância; frases copulativas

### 1. Introdução

A recorrência com que teóricos de várias tendências têm discutido a questão da concordância constitui forte indício para reconhecermos que a concordância ocupa lugar privilegiado na grande maioria das línguas estudadas. Estudos sobre a grande variedade de línguas: românicas, germânicas, semíticas, e várias outras têm permitido verificar semelhanças e diferenças não apenas entre as propriedades de línguas de uma mesma família, mas também entre as propriedades de línguas provenientes de origens diversas. E essa constatação, naturalmente, nos leva a refletir sobre o que é a concordância. Procuraremos a seguir apresentar uma breve discussão sobre a concordância, e sobre os principais tipos de concordância que têm sido investigados.

Corbett (2003a, p.109) apresenta uma definição para *agreement* (concordância) retomando Steele (1978, p. 610), “o termo *agreement* geralmente se refere a uma co-variação sistemática entre uma propriedade semântica ou formal de um elemento e uma propriedade formal de outro”. Mas, segundo Corbett, em inglês, paralelamente a

*agreement*, há *concord*, o que tem gerado muita confusão, não apenas por serem utilizados por alguns como sinônimos, mas também pela utilização feita por alguns lingüistas, seguindo Bloomfield (1933, p.191), que trata *agreement* como um termo supercomum, e distingue três tipos gerais de *agreement*, dentre os quais o primeiro é *concord* que é por ele definido como *agreement* de modificadores dentro do grupo nominal e o *agreement* de predicados verbais'. Os outros tipos são: *government* (regência), como em *I know* comparado a *watch me*; e *cross-reference* (referência cruzada), como no francês *Jean où est-il?*, literalmente “Jean onde está ele?”. Além de destacar questões sobre a própria definição de concordância<sup>1</sup>, Corbett retoma a questão da concordância como um fenômeno (ou um conjunto de fenômenos), e destaca outras questões envolvidas na análise da concordância, tais como a dimensão do domínio da concordância, se local ou não, e, ainda, a utilização de noções como “alvo” e “controlador”, se esses termos são apropriados ou não, e, em particular, se se trata de simetria ou de assimetria em concordância.

Como podemos perceber nesse breve levantamento de questões que envolvem a concordância; além da própria definição, podemos perceber nitidamente que outros elementos entram em jogo para a sua análise. Apresentamos a seguir a posição de Anderson (2004), que questiona elementos relacionados ao fenômeno da concordância, além da própria definição, o que o leva a sugerir a reconstrução do termo. A discussão empreendida por Anderson (2004) parte de uma noção tradicional apoiada em um exemplo de concordância quando “a categoria formal de uma palavra depende de uma outra”. Alguns exemplos de marcação de caso em “Georgian sentences”, permitem constatar a imprecisão dessa definição. Por outro lado, Anderson considera o progresso da definição de Ferguson “um elemento gramatical X se combina com um elemento gramatical Y em função de alguma propriedade Z de uma configuração

---

<sup>1</sup> Estamos utilizando o termo concordância para *agreement* ou *concord*, nos sentidos acima referidos, por ser o termo geralmente utilizado em português para os fenômenos identificados. Agradecemos a Cláudia Roberta Tavares Silva a leitura cuidadosa e as sugestões, em uma primeira versão desse texto, e destacamos que algumas sugestões deverão ser motivo de investigação posteriormente.

gramatical”. Anderson questiona essa definição a partir do levantamento de questões sobre línguas da família Bantu que manifestam sistemas gramaticais de gênero. E, nesse caso, o problema levantado tem a ver com relações estabelecidas entre um pronome que geralmente tem o mesmo gênero do DP com o qual ele estabelece uma relação anafórica, à exceção de casos em que o referente é humano, e um pronome de 1ª ou 2ª pessoa (geralmente, mas não sempre, usados para humanos) que é sempre usado, apesar do gênero do referente. À primeira vista, referência pronominal envolve identidade de traços, mas nesse caso outros elementos entram em jogo. Dessa forma, ele sugere que a questão da preferência dada ao pronome não seja considerada um exemplo de concordância, ao menos no sentido gramatical que tem sido utilizado, pelo fato de que ela não compartilha de outras propriedades de concordância: por exemplo, ela funciona arbitrariamente sobre extensões do discurso. Além disso, ela depende claramente de fatores não-gramaticais, tais como as opiniões do falante sobre os sentimentos por animais de estimação, o conhecimento de características secundárias sobre o sexo, a existência de Nomes em outras línguas que pertencem a classes de gêneros arbitrários, etc. E, nesse sentido, objetivando a coerência do objeto de estudo, tais relações de base semântica seriam distintas da noção gramatical de ‘concordância’, e ele faz referência à análise de Farkas e Zec (1995) sobre o romeno, em que os autores utilizam a teoria de Kamp ‘Estrutura da Representação Discursiva’, tendo em vista a necessidade de uma teoria diferente da teoria da concordância gramatical, para explicar fenômenos dessa natureza.<sup>2</sup>

Após as questões acima levantadas, Anderson sugere que haja uma reconstrução teórica, a fim de se obter uma melhor definição de concordância. Para ele, a teoria deveria eliminar o que não é próprio, ‘independente da teoria’, à definição, a fim de reconstruir plenamente a noção intuitiva, segundo a qual, ‘concordância’ é o que resulta da

---

<sup>2</sup> Ver Menuzzi (2000) sobre relações anafóricas no PB. Com relação à recorrência a uma estrutura de representação discursiva, enfatizada por Anderson, queremos destacar que procuraremos seguir uma perspectiva estritamente sintática; a nossa proposta, com base na análise de Ritter (1995), considera que o gênero está associado a categorias frásicas/funcionais, e não a categorias funcionais associadas ao discurso.

operação de uma regra de concordância. E para apoiar essa idéia, ele apresenta alguns pontos que precisam ser resolvidos segundo uma teoria plena da concordância: a) **Domínio**: qual a configuração em que a concordância se realiza?; b) **Direcionalidade**: a concordância vai de um elemento a outro, ou é justamente uma relação? se for direcional, qual é a direcionalidade?; c) **Localidade**: quais os limites que existem para a relação entre elementos que concordam?; d) **Traços**: quais as propriedades de elementos gramaticais que concordam?; e) **Rigor**: sob que condições a concordância envolve menos do que identidade estrita nos traços envolvidos?; f) **Conflito**: o que acontece quando dois princípios de concordância (sintático e semântico, tipicamente) são divergentes?; g) **Referencialidade**: qual a extensão do material da concordância que tem uma função referencial? como a concordância referencial se relaciona com outros tipos de anáfora/ligação? h) **Relação com clíticos**: qual a relação entre clíticos pronominais e concordância? i) **Variação**: o que acontece quando mais de um padrão de concordância é gramatical, e a diferença corresponde a alguma outra coisa?; j) **Função**: em que sentido a concordância é boa? l) **Mudança**: onde a concordância se origina, e o que acontece a ela? ; m) **Realização**: como a concordância é implementada formalmente?

Além desses pontos, ele destaca os dois tipos distintos de concordância que têm sido investigados: 1) a concordância entre modificadores e as cabeças de suas frases; 2) a concordância entre 'Predicados' e seus argumentos. Exemplificando esses dois tipos de concordância em várias línguas, e identificando os problemas que extrapolam as relações canônicas de concordância, Anderson finaliza seu texto com a afirmação a seguir, que sugere uma reconstrução teórica para se atingir uma melhor definição para a concordância:

The importance of such examples for the study of agreement lies in the fact that they show agreement to be a matter of transfer of features, which may be realized in a variety of ways in the morphology of the words on which they occur. This is opposed to a view on which agreement is a "morpheme" of the classical sort, a minimal and indissoluble association of form and meaning. If this were the right way to view agreement, we ought always to find exactly one such marker corresponding to a single agreement relation. But of

course, this is not an issue that affects ONLY agreement ...  
(ANDERSON, 2004, p. 13-14).

Nesse texto, além dessa breve apresentação sobre uma definição para a concordância e os principais tipos de concordância que têm sido considerados em várias análises, apresentaremos na seção 2, com base em dados do Português Brasileiro, daqui em diante PB, casos de concordância no PB. E na seção 3, esboçaremos algumas hipóteses de análise para os fenômenos detectados na seção 2, com base em duas hipóteses que têm apoiado estudos sobre a concordância em várias línguas: a hipótese DP (ABNEY 1987) e a hipótese da estrutura interna do DP-pronominal (RITTER 1991, 1993, 1995). Teceremos alguns comentários sobre algumas análises inspiradas nessas hipóteses, em especial Cardinaletti (1994, 1997, 1999, 2004), Cardinaletti & Starke (1999), dentre outros.

## 2. O fenômeno da concordância no PB <sup>3</sup>

Queremos destacar inicialmente que estamos adotando a proposta de Anderson (2004), em termos de uma reconstrução teórica para se atingir uma definição de concordância mais coerente com os tipos de fenômenos que abrangem a questão da concordância.

Estudos sobre uma grande variedade de línguas: românicas, germânicas, semíticas e várias outras têm permitido verificar semelhanças e diferenças não apenas entre línguas de uma mesma família, mas também entre propriedades de línguas provenientes de origens diversas. Esses estudos geralmente tratam de dois tipos de concordância: a) entre os modificadores e os núcleos de suas frases; b) e a concordância entre 'predicados' e seus argumentos, como visto acima. A concordância do tipo (b), argumento-predicado, não envolve apenas transmissão de traços (do argumento para o predicado), mas também uma relação referencial entre os traços de concordância e o argumento que os fornece.

---

<sup>3</sup> Queremos destacar que estamos apresentando apenas alguns casos sobre o fenômeno da concordância no PB. Abordaremos em especial casos sobre a questão da concordância que afetam (pro)nomes e adjetivos/participios. Temos consciência de que o fenômeno da concordância abrange uma gama muito mais ampla de fenômenos, não apenas em PB, mas também em várias outras línguas.

Anderson (2004, p. 6) destaca dois tipos de concordância argumento-predicado. Muitas das variedades geralmente discutidas envolve a concordância de verbos com seus argumentos (sujeitos e outros) em traços de pessoa e/ou número, às vezes também estendendo-se a gênero. O outro tipo envolve concordância de predicados adjetivais, incluindo participípios, com um argumento em termos de gênero e número. A questão da localidade/domínio que é pertinente para a concordância argumento-predicado é derivada da conhecida convenção do “ciclo estrito”, atualmente substituída pela noção de derivação por fase (CHOMSKY, 1999).

A partir de dados do PB, veremos a seguir alguns casos de concordância de nomes e, em seguida, alguns casos envolvendo pronomes.

### 2.1. A concordância do DP em frases copulativas

Com relação aos nomes, e com base na análise de Harris (1991), Ritter (1993) agrupa sete diferentes padrões, elencados por Harris, em três classes: pares de nomes que têm formas diferentes relacionadas ao masculino e ao feminino, nomes que podem ser masculinos ou femininos dependendo de seu referente, e “suppletive pairs” (formas lexicais distintas). Essas três classes podem ser ilustradas no PB em (1):

(1)	<b>masculino</b>	<b>feminino</b>
a.	menino	menina
b.	filho	filha
c.		estudante
d.		jovem
e.	rapaz	moça
f.	homem	mulher

Em (a-b), as vogais sublinhadas pertencem a um conjunto de morfemas denominados por Harris de marcadores de palavras que têm por função marcar um nome derivacional e flexionalmente.<sup>4</sup> Em (1c-d), temos nomes que podem ser masculinos ou femininos, dependendo

<sup>4</sup> Vale destacar que nenhum dos marcadores de palavras é exclusivamente associado a gênero, alguns marcam mesmo palavras sem gênero, tais como advérbios e preposições. Harris sugere que a relação entre marcadores de classes de palavras e gênero é uma relação indireta.

do referente, e em (1e-f), temos os “suppletive pairs”.<sup>5</sup> Cumpre destacar que, no PB, o par *o / a* tradicionalmente identifica as marcas dos dois gêneros ativos na língua (masculino e feminino), tanto nos nomes quanto no marcador de definitude em D (determinante).

A partir dos dados vistos em (1), podemos ter no PB sentenças como as ilustradas em (2)-(4):

- (2) a. O menino é bonito / leal  
A menina é bonita / leal  
 b. Os meninos são bonitos / leais  
As meninas são bonitas / leais
- (3) a. O estudante é bonito / leal  
A estudante é bonita / leal  
 b. Os estudantes são bonitos / leais  
As estudantes são bonitas / leais
- (4) a. Esse rapaz é bonito / leal  
 Essa moça é bonita / leal  
 b. Esses rapazes são bonitos / leais  
 Essas moças são bonitas / leais

Nos exemplos acima, podemos observar não apenas a influência das três classes vistas acima, na estrutura interna do DP, em especial em termos das marcas visíveis de gênero, apenas em D (determinante), ou duplamente marcado no determinante e no nome. Mas podemos observar também uma assimetria referente aos adjetivos, em se tratando de frases copulativas, no que concerne à presença ou ausência de marca visível de gênero na concordância do adjetivo. O fenômeno que foi observado na segunda classe dos pares de nomes apresentados em (1) ocorre igualmente com os adjetivos, e podemos afirmar, ainda, que mesmo em sentenças sem cópula, em que o adjetivo funciona como um modificar do nome no DP, encontramos igualmente o mesmo fenômeno, como pode ser visto nos exemplos de (5):

- (5) a. O jovem elegante desfilou na passarela  
 A jovem elegante desfilou na passarela  
 b. Os jovens elegantes desfilaram na passarela  
 As jovens elegantes desfilaram na passarela

---

<sup>5</sup> Na subseção 2.3, veremos alguns elementos da diacronia que ilustram a origem de vários fenômenos ainda ativos no PB.

## 2.2. A concordância do DP pronominal em frases copulativas

Algumas análises sobre o DP pronominal têm apresentado evidências que comprovam a oposição de pronomes de 1ª e 2ª pessoa vs. pronomes de 3ª pessoa (RITTER, 1995), Déchaine & Wiltschko (2002), Rulmann (2004), Wechsler (2003), Harley & Ritter (2002), dentre outros.

No PB, nós podemos distinguir nitidamente uma diferença entre os pronomes de 1ª e 2ª pessoa e os pronomes de 3ª pessoa, nem sempre pelas mesmas razões apontadas nas análises acima referidas. Os exemplos de (6) permitem verificar o que ocorre no PB:

- (6) a. eu estou interessado / feliz  
eu estou interessada / feliz
- b. você está interessado / feliz  
você está interessada / feliz
- c. **ele** está interessado / feliz  
**ela** está interessada / feliz
- d. nós estamos interessados / felizes  
nós estamos interessadas / felizes
- e. a gente está interessado / feliz  
a gente está interessada / feliz
- f. vocês estão interessados / felizes  
vocês estão interessadas / felizes
- g. **eles** estão interessados / felizes  
**elas** estão interessadas / felizes

Nós destacamos os pronomes de 3ª pessoa, tanto no singular quanto no plural, para mostrar a assimetria entre esses pronomes e os de 1ª e 2ª pessoas, quanto ao traço de gênero, não visível nas últimas. Como podemos perceber nos exemplos de (6 a, b, d, e, f), uma única forma pronominal desencadeia dois padrões de concordância de gênero com a forma adjetival, quando esta contém visivelmente o traço de gênero, enquanto os pronomes de 3ª pessoa comportam visivelmente os traços de gênero, e esses estão contidos, visivelmente, na forma adjetival, quando esta tem marcação de gênero, como vimos, também, nos exemplos (2)-(4) acima. Esses fatos nos permitem identificar a assimetria existente, quanto aos traços de gênero, entre os pronomes de 1ª e de 2ª pessoa vs. os pronomes de 3ª pessoa.

### 2.3. Alguns dados da diacronia

Os pronomes pessoais da 1ª e 2ª pessoas provêm de pronomes pessoais latinos, e os da 3ª pessoa, do pronome demonstrativo latino *ille*, que foi pouco a pouco empregado como pronome pessoal. A 1ª pessoa do singular vem do nominativo *ego* > *eo* > *eu*; a 2ª pessoa do singular vem do nominativo *tu*; a 1ª pessoa do plural vem do nominativo *nos* > *nós*; a 2ª pessoa do plural, do nominativo *vos* > *vós*; a 3ª pessoa do singular vem do demonstrativo latino *ille* > *ele*, *illa* > *ela*; a 3ª pessoa do plural *eles*, *elas*, é resultado das formas do singular *ele* e *ela*, com a desinência *-s*, característica do plural em português (cf. SOUSA DA SILVEIRA, 1972, p.117-119).

Para Said Ali, os pronomes pessoais usam-se todos como absolutos. Têm singular e plural e formas de nominativo, dativo e acusativo. Alguns (os da 3ª pessoa) distinguem o gênero. Dividem-se em pronomes de 1ª, 2ª e 3ª pessoa. *Eu*, pronome de 1ª pessoa, representa o indivíduo que fala; o seu plural *nós* significa esta mesma pessoa associada a outra ou outras: *eu + tu*; *eu + ele*; *eu + vós*, etc. *Tu* e *vós* são os pronomes de 2ª pessoa, *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, são os da 3ª pessoa. Do uso da forma *vossa mercê* nasceu a variante *ocê*. *Servimo-nos* também de *vocês* como plural semântico de *tu*. O pronome *vós* caiu em desuso, quer para denotar pluralidade de pessoas, quer como tratamento de polidez (1971, p. 93).

O surgimento tardio dos pronomes de 3ª pessoa em oposição aos pronomes de 1ª e 2ª pessoa é destacado por Tarallo (1970). Para ele, a grande inovação no latim falado e, posteriormente, nas línguas românicas, foi o uso de um pronome pessoal de terceira pessoa, gramaticalizando-o aos sistemas em evolução. No sistema do latim clássico, contudo, a pessoa do verbo era freqüentemente marcada apenas pela flexão verbal, sendo os pronomes de primeira e de segunda pessoas usados apenas enfaticamente (ou ainda redundantemente).

De acordo com a categoria de casos, em virtude da qual a forma pronominal, como a nominal, variava morfológicamente como nominativo, acusativo, genitivo, etc., as formas *ego* e *tu*, que eram de nominativo, alternavam, respectivamente, com outras, que eram de genitivo (*mei*, *tui*), de dativo (*mihi*, *tibi*) e de acusativo-

ablativo (*me, te*). No sistema morfológico geral da língua latina, eram essas outras formas as de uso constante e freqüente, porque a indicação do falante ou do ouvinte como sujeito, que cabia a *ego* ou *tu*, conforme o caso, vinha dada em desinência na própria forma verbal. Nestas condições, *ego* e *tu* só se empregavam por uma redundância enfática ou como ‘vocativos’, numa comunicação isolada, ou numa frase de verbo inexpresso (*Ego bônus*, “Eu sou bom”) (WILLIAMS, 1975, p. 145 apud TARALLO, 1970, p. 138).

Assim, contrariamente ao sistema do latim clássico, encontramos em português, ao lado de *eu, tu, nós, vós*, as formas *ele, ela, eles, elas*, oriundas do demonstrativo *ille*, desprovido, entretanto, de sua função dêitica. O timbre fechado em *ele* e aberto em *ela* é explicado de diferentes formas pela gramática histórica: ou a diferença de timbre espelha uma distinção morfológica de gênero, masculino e feminino; ou a vogal se abriu em *ela* em metafoia com a vogal final /a/. As formas de plural são criações românicas (TARALLO, op. cit. p. 138-9).

Como podemos observar nas referências acima, a distinção morfológica de gênero apenas nos pronomes de 3ª pessoa tem motivação histórica, tendo em vista a sua origem, a partir dos pronomes demonstrativos latinos *ille* > *ele* / *illa* > *ela*, diferentemente das formas de 1ª e 2ª pessoas que, no sistema morfológico do latim, vinham contidas na própria forma verbal.

Quanto aos artigos, o fato de terem se originado também do demonstrativo latino, mesmo tardiamente, permite constatar em todas as suas formas as marcas (ou traços) de número e gênero. Tarallo (op. cit., p. 137) destaca que “são os autores unânimes quanto ao fato de o sistema do latim clássico não possuir artigo, e de essa classe de palavras ter surgido somente nos derradeiros momentos do latim falado, já em fase pré-romano. Não há dúvida ou desacordo, tampouco, quanto ao fato de o artigo definido ter “nascido” de um pronome demonstrativo, mais especificamente, *ille*, em sua forma acusativa. Assim: masculino singular: *illu* > *elo* > *lo* > *o*; feminino

singular: ïlla > ela > la > a; masculino plural: ïllos > ellos > los > os; feminino plural: ïllas > elas > las > as.<sup>6</sup>

Sobre a questão da concordância, alguns dos fenômenos identificados nas duas subseções anteriores encontram na história da língua algumas evidências que corroboram as assimetrias detectadas. Said Ali (op. cit., p. 279) destaca alguns pontos:

a concordância não é, como parecerá à primeira vista, uma necessidade imperiosamente ditada pela lógica. Repetir num termo determinante ou informativo o gênero, número ou pessoa já marcados no termo determinado ou de que se fala, é antes uma redundância. Daqui vem o desaparecimento da flexão (e portanto da concordância) do adjetivo predicativo em alemão e do adjetivo, quer predicativo quer atributivo em inglês. O sistema de sufixos de pessoa, tão desenvolvido no verbo das antigas línguas sintéticas, e que caracterizava a concordância do verbo com o sujeito, perdeu o seu valor em muitas línguas modernas, bastando nestas mencionar-se o pronome sujeito. No imperfeito do verbo inglês perdura a concordância para a 2ª pessoa do singular. Para as demais pessoas do mesmo tempo, a regra que manda concordar o verbo com o sujeito é mera ficção; diz-se *loved*, indiferentemente para *I, he, we, you e they*. Em nosso idioma, posto que digamos *um, uma, dous, duas, duzentos, duzentas*, etc., ninguém repara na falta de análoga variação de gênero para os quantitativos *três, quatro, cinco*, etc. Os qualitativos em -e não são menos adjetivos que os que acabam em -o; mas a regra de concordância só os atinge quanto ao número, singular ou plural, e não acode a ninguém a lembrança de que se deveria distinguir formalmente *homem pobre e mulher pobre* do mesmo modo que se diferencia *homem rico e mulher rica* (sic).

Como podemos constatar na afirmação de Said Ali, além da variação interlingüística, há assimetria verificada tanto na relação argumento/predicado, envolvendo a concordância do verbo com o seu

<sup>6</sup> Os pronomes clíticos (o, a, os, as) têm reconstrução idêntica à dos artigos, cf. Tarallo (1990, p. 137).

argumento, em termos dos traços de pessoa e número (caso do inglês), como na concordância de um predicado adjetival com um argumento em termos dos traços de gênero e número (caso do inglês e do alemão). Quanto ao português, temos o que poderíamos considerar um “caso misto”; dependendo das propriedades morfológicas do adjetivo, há uma variação quanto à visibilidade dos traços de gênero no argumento e no predicado. Como vimos nos exemplos de (2)-(5), esse mesmo tipo de fenômeno é verificado com relação aos argumentos nominais, e, nesse caso, a classificação vista em (1) permite agrupar os três tipos identificados. A exemplo do que foi construído com relação aos nomes, acreditamos ser possível, também, pensarmos em uma classificação semelhante com relação aos adjetivos.<sup>7</sup>

A origem dos traços de número e gênero nos nomes e adjetivos é destacado por Chaves de Melo (1957):

na morfologia, no sistema flexional, mostra-se ainda a língua portuguesa muito conservadora e muito rica. Apresenta plural sigmático, e isso tem causa histórica: os substantivos e adjetivos da língua continuam, na sua quase totalidade, o acusativo latino, que é o caso que sobreviveu na Península Ibérica. Ora, como todo acusativo plural latino tem –s, com –s se faz o plural vernáculo. A flexão feminina é *a*, porque a maior parte das palavras femininas procedem da primeira declinação latina, cujo acusativo era em *am* (*a*, no latim vulgar tardio). Por isso, definida a fisionomia morfológica da língua, esse *a* do acusativo passou a valer como desinência ou sinal de feminino, o que, aliás, já acontecia em latim vulgar, como se vê, entre tantos exemplos, das correções 169 e 170 do *Appendix Probi*: “*nurus non nura*” e “*socrus non socra*. Daí vem que algumas palavras procedentes da terceira declinação, outrora desprovidas de formas especiais para o feminino, receberam uma flexão de gênero analógica, por acréscimo de –*a*. Na língua arcaica não tinham formas especiais para o feminino os nomes em –*or*, em –*ol*, em –*ês* e em –*nte*: dizia-se *o pastor*, *a pastor*, *o espanhol*, *a espanhol*, *o português*, *a*

---

<sup>7</sup> Essa questão e o caso dos determinantes constituídos de numerais serão discutidos em um outro momento.

*português, o infante, a infante.* Ainda temos vestígios disso em nomes como *cortês, pedrês, montês, incolor, multicolor,* etc., invariáveis no feminino” (cf. p. 185).

Como podemos constatar nas várias posições assumidas pelos autores acima referidos, muitos dos fenômenos ativos na língua atualmente encontram motivação histórica para a sua realização. Para finalizar esta seção, teceremos algumas considerações sobre o gênero, com base em Corbett (1999) [1991]; em especial, e algumas considerações sobre a questão do adjetivo predicativo, em particular.

#### 2.4. A questão do gênero

Para Corbett, a palavra *gênero* é usada não apenas para um conjunto de nomes, mas também para uma categoria. Assim, podemos dizer que uma língua particular tem três gêneros, masculino feminino e neutro, e que a língua tem a *categoria gênero*.<sup>8</sup>

Sobre a determinação dos critérios de identificação do gênero, o autor destaca que uma das formas de fazê-lo é através da concordância, sendo esta a forma como os gêneros são “refletidos no comportamento de palavras associadas”, no sentido de Hockett. Dizer, por exemplo, que uma língua tem três gêneros significa que existem três classes de nomes que podem ser distintos sintaticamente pelas concordâncias que recebem. E destaca, ainda, que essa é a perspectiva geralmente aceita para o gênero.

Como uma conseqüência de ter a concordância como critério é que a definição de concordância por ela mesma torna-se muito importante, e cita como exemplo o caso dos pronomes. Muitos estudiosos que trabalham sobre a concordância incluem o controle de pronomes anafóricos por seu antecedente (*the girl ... she*) como parte da concordância. Se isso for aceito, então as línguas em que pronomes sejam apresentados como a única evidência para gênero seriam reconhecidas como tendo um sistema de gênero. Assumindo essa posição, ele assinala que essa posição não é aceita universalmente, e vai chamar tais sistemas de “sistemas pronominais de gênero”, já que

---

<sup>8</sup> O destaque é nosso.

isso levanta alguns problemas, por exemplo possíveis divergências em concordância de gênero.

Sobre o “alvo do gênero”, a complexidade existente nas línguas merece atenção. Corbett assinala que não são apenas os adjetivos e os verbos que podem exibir concordância em gênero, mas em algumas línguas advérbios concordam, em outras, numerais, e, algumas vezes, mesmo conjunções concordam em gênero, o que o leva a destacar a importância de se descrever os sistemas complexos de gênero que ocorrem surpreendentemente nas línguas.

Tendo em vista os dados do PB apresentados em (2.1) e (2.2), iremos direcionar nossa reflexão sobre a concordância argumento/predicado, em especial envolvendo (pro)nomes e adjetivos/participios. É o que discutiremos na seção seguinte.

### **3. Hipóteses (e problemas) para uma proposta de análise**

O nosso ponto de partida para uma discussão sobre a questão da concordância do DP pronominal no PB levará em consideração duas hipóteses que têm apoiado muitas análises sobre a concordância em várias línguas: a hipótese DP (ABNEY, 1987) e a hipótese da estrutura interna do DP pronominal (RITTER, 1991, 1993, 1995). Tendo em vista as várias análises inspiradas nessas hipóteses: Cardinaletti (1994, 1997, 1999, 2004), Cardinaletti & Starke (1999), Danon (1996), Carstens (2000), Déchaine e Wiltschko (2002), Rullmann (2004), em especial sobre o PB, Galves (2001), Magalhães (2004), dentre outros, teceremos algumas considerações sobre aspectos dessas análises quando se fizer necessário.

Quanto à hipótese do DP, de Abney (1987), é afirmado que o determinante é a cabeça da categoria funcional (D) que seleciona o NP como complemento. Em sua análise, ele trata especialmente dos artigos em línguas como o inglês, não considerando outros tipos de determinantes ou a formulação de outras categorias funcionais nominais. Essa questão será retomada posteriormente.

Abney (1987) assume a posição original de Postal (1966) de que os pronomes pertencem à mesma categoria sintática dos determinantes, e propõe sua análise de pronomes como DPs que têm apenas uma cabeça funcional D. Ritter (1995), em seu estudo sobre a categoria sintática de pronomes e a concordância em hebraico

moderno, propõe a hipótese de duas categorias funcionais nominais que permita uma explicação estrutural para a diferença na distribuição de elementos que funcionam como pronomes de 1ª e 2ª pessoa e as que funcionam como pronomes de 3ª pessoa. É levantada a hipótese de que pronomes de 1ª e de 2ª pessoa são DPs que contêm apenas a cabeça D e que essa cabeça é especificada para pessoa, número e gênero, enquanto que pronomes de 3ª pessoa têm uma estrutura mais complexa, em que D é especificado para pessoa e Num é especificado para número e gênero<sup>9</sup>. Com a associação de pronomes à concordância, é afirmado que a diferença entre pronomes e concordância não se encontra em sua categoria, mas em seu papel na sintaxe. Para Ritter, as categorias funcionais encontradas em frases nominais plenas são atestadas também no sistema pronominal do hebraico, e salienta que sua hipótese de duas categorias funcionais distintas permite identificar duas classes estruturalmente distintas de pronomes nessa língua.

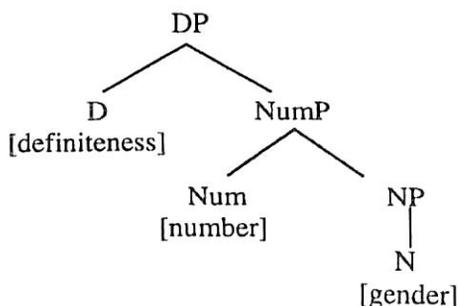
Por outro lado, a análise das construções genitivas de Ritter (1991) fornece motivação independente para uma projeção intermediária entre D e N, a projeção NumP. A discussão de gênero e número em frases nominais plenas estabelece que em hebraico a especificação de gênero está na cabeça do NP; a especificação de número está em NumP; e “definiteness” está na cabeça do DP. Assim, as formas nominais plenas têm a representação (7) a seguir, (16) em Ritter.

Segundo a análise de Abney (1987), a distribuição dos traços nominais por meio das várias cabeças representadas em (7) não se estende a pronomes porque pronomes não têm projeção NP. Mas, segundo Ritter, já que pronomes em hebraico desencadeiam concordância de gênero, deve ser deduzido que eles são especificados

<sup>9</sup> Ritter (1995) destaca que em hebraico há semelhanças entre a concordância no tempo passado e os pronomes de 1ª e 2ª pessoa, de um lado, e entre a concordância no tempo presente e pronomes de 3ª pessoa, de outro lado, o que sugere que as mesmas categorias nominais que servem de pronomes também servem de concordância. Ou seja, diferentemente do português, os traços de gênero em hebraico estão presentes também no verbo, segundo as especificações apontadas com relação ao tempo presente e ao tempo passado. E, como vimos em (2.3) acima, fato correlato ocorreu no latim clássico. Cf. Tarallo (1970).

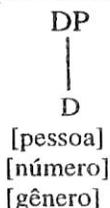
para esse traço, mesmo que sejam apenas categorias funcionais. A hipótese de que existem duas categorias funcionais nominais distintas, D e Num, levam à expectativa de duas classes de pronomes, e a evidência do hebraico indica que isto é de fato o caso. Mais especificamente, isto motiva uma distinção estrutural entre os pronomes de 1ª e 2ª pessoa, por um lado, e os pronomes de 3ª pessoa, por outro lado.

(7)



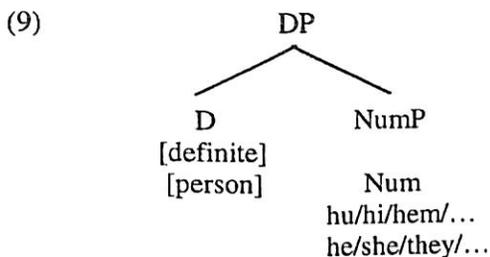
Tendo em vista as especificidades do hebraico, referentes às duas classes de pronomes, a autora afirma que os fatos apresentados sobre o hebraico fornecem suporte para um tratamento não unificado dos pronomes nessa língua. Mais especificamente, a autora sugere que pronomes de 1ª e 2ª pessoa são DPs que contêm apenas a cabeça funcional D, e como esses pronomes desencadeiam concordância verbal de pessoa, número e gênero, a cabeça D é especificada para esse conjunto de traços-phi, como mostrado em (8), (21) em Ritter (1995):<sup>10</sup>

(8) Representação dos pronomes de 1ª e 2ª pessoa em hebraico



<sup>10</sup> Considerar, ainda, que em hebraico todos esses traços-phi estão presentes também na forma verbal., inclusive gênero, cf. nota 8.

Mas os pronomes de 3ª pessoa, por apresentarem uma estrutura mais complexa, não são Ds, esses pronomes contêm um D e NumP, mas não um NP, conseqüentemente gênero é especificado em Num, tendo assim apenas um nóculo para número e gênero. A estrutura dos pronomes de 3ª pessoa em hebraico está representada em (9), (23) em Ritter (1995):



No PB, nós temos também uma distinção entre os pronomes de 1ª e 2ª pessoa e os pronomes de 3ª pessoa, se bem que não seja pelas mesmas razões apontadas com relação ao hebraico. Os exemplos de (10) permitem verificar o que ocorre no PB:

- (10) a . eu estou interessado/a  
       você está interessado/a  
       b. ele está interessado  
       ela está interessada

Salvo engano, o que verificamos com os pronomes de 3ª pessoa parece ser confirmado também no francês, pois além de os pronomes pessoais de 3ª pessoa comportarem os traços de pessoa, número e gênero, são também os pronomes de 3ª pessoa, que se comportam como DPs, que estabelecem a concordância com o particípio, em francês (KAYNE, 1977). Alguns casos ilustram os padrões de concordância de dois tipos principais: a) o particípio concorda com o sujeito se ele é acompanhado do verbo *être* (ser), como em (11); b) o outro tipo é aquele em que o particípio concorda com o seu objeto direto, quando este precede o particípio, como em (12) (KAYNE, 1977, p. 360-368):

- (11) a . cette robe sera offerte à Marie par Paul  
       b. ce bouquin sera offert à Marie par Paul  
 (12) a . Paul l'a mise à la porte  
       b.\*Paul a mise Marie à la porte

Identifica-se igualmente a concordância do adjetivo com a cópula: *Marie/ Elle est petite – Paul/Il est petit*<sup>11</sup>.

A assimetria verificada entre as formas pronominais de 1ª e 2ª pessoa vs. as formas de 3ª pessoa, como podemos verificar acima no PB, mostra que, diferentemente das formas pronominais de 3ª pessoa, as formas de 1ª e 2ª pessoa não apresentam traço de gênero, e por isso, de uma única forma são derivados dois padrões de concordância com a forma predicativa, ou seja, na 1ª e 2ª pessoas é o predicativo que comporta visivelmente os traços de gênero. E, nesse sentido, podemos perguntar qual a motivação para as duas derivações possíveis. Ou, ainda, qual o alvo do gênero, tendo em vista que ele está sempre associado a uma categoria na estrutura frásica além do DP, em várias línguas.

Cardinaletti (1994), a partir da hipótese de que há duas categorias de pronomes: os pronomes fortes e os pronomes fracos, se propõe a analisar a hipótese de que diferentes tipos de pronomes têm estrutura interna diferente. Para mostrar a diferença entre clíticos e pronomes fracos, a partir de dados do sueco, a autora apresenta a hipótese de que pronomes fracos, como os pronomes fortes, são formas morfologicamente complexas: eles têm um morfema (denominado pela autora de “morpheme of support”) que é ausente nos pronomes clíticos. A distinção entre pronomes fortes e fracos, proposta por Cardinaletti, para o italiano, apresenta alguns problemas para o PB. Apesar de se tratar de uma língua românica, o italiano apresenta distinções em seu sistema pronominal quando comparado ao sistema pronominal do português. Galves (2001, p.153-4) utiliza a distinção entre pronomes *fortes* em oposição a *deficientes*, que incluem os clíticos e os pronomes fracos, de Cardinaletti & Starke (1999), [1994], e afirma que os fatos do PB a obrigam a rediscutir as bases da tipologia proposta por Cardinaletti & Starke, em especial a distinção, nos pronomes *deficientes*, entre *pronomes fracos e clíticos*. Em sua análise, Galves afirma que o PB representa um caso raro, no domínio das línguas românicas, de um paradigma pronominal cujos

---

<sup>11</sup> A inclusão da forma pronominal não consta nos exemplos de Kayne, nós a incluímos, por serem também formas admitidas no francês.

objetos diretos de primeira e segunda pessoa são clíticos, enquanto o de terceira pessoa é um pronome fraco.<sup>12</sup>

Pouquíssimas análises de alguns dos fenômenos apresentados na introdução sobre o PB têm sido realizadas no quadro da gramática gerativa. Faremos a seguir uma breve discussão sobre fenômenos investigados no PB, com os resultados obtidos.

Para o estudo da concordância com a forma pronominal *a gente*, Costa, Moura e Pereira (2001) desenvolveram uma hipótese com base na Teoria da Verificação de Traços (CHOMSKY, 1986, 1995).<sup>13</sup>

De acordo com essa hipótese:

- a) os traços gramaticais (gênero, número e pessoa) são verificados em Infl(ection), o que condiciona a concordância verbal, num domínio local;
- b) as formas anafóricas concordam com Infl(ection), sendo movidas para I (núcleo flexional). Como em domínios locais, o sujeito concorda com I, é esperado que os traços gramaticais do sujeito, da flexão e da forma anafórica concordem;
- c) em domínios não-locais, como a forma pronominal não é movida para I, não se espera encontrar o mesmo tipo de concordância.

Segundo essa hipótese, o tratamento teórico dado ao fenômeno da concordância permite dar conta de frases do tipo:

- (13) a. Eu adorei a festa  
b. A menina adorou a festa

Nos exemplos de (13), temos casos de concordância gramatical plena, tendo em vista que os traços gramaticais são verificados em Infl condicionando a concordância verbal no domínio local.

No entanto, mesmo em nível local, é possível encontrar estratégias diferentes em construções em que *a gente* concorda com uma forma adjetival ou participial. No PB, pode ser selecionada uma forma no masculino singular ou no feminino singular:

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre a análise, ver Galves (2001).

<sup>13</sup> Atualmente, operação Agree (Chomsky 1999).

- (14) a . A gente estava interessado  
 b. A gente estava interessada

A primeira opção é usada se o referente de *a gente* só contiver elementos masculinos, e a segunda opção, se o referente só contiver elementos femininos.

De acordo com a hipótese segundo a qual a forma anafórica local concorda com os traços gramaticais do sujeito devido ao papel desempenhado por I, a única solução prevista é a solução (14b), em que a forma participial/adjetival concorda com os traços gramaticais do sujeito. Também numa perspectiva de verificação de traços, esta é a hipótese que seria gramatical. Os traços-phi do sujeito desencadeariam concordância com a forma adjetival ou participial, sendo posteriormente o sujeito elevado, entrando numa relação de Spec,head agreement com o núcleo flexional, conforme ilustrado em (15):

- (15) [<sub>IP</sub> A gente<sub>i</sub> [<sub>Φ</sub>] [ I [<sub>Φ</sub>] [<sub>VP</sub> estava [<sub>SC</sub> t<sub>i</sub> interessada [<sub>Φ</sub>] ]

Considerando que os processos de concordância, dentro da *small clause* e no domínio de I, são acionados pela mesma expressão, é esperado que o sujeito, I e o predicativo do sujeito concordem, da mesma forma que se espera que, para efeitos de ligação, o sujeito, I e a forma anafórica concordem. No entanto, o conflito detectado nos exemplos de (14) mostra que uma hipótese baseada em concordância ou verificação de traços em nível local não é facilmente sustentável, uma vez que dois tipos de concordância são encontrados a nível local, pois uma mesma forma pronominal desencadeia dois tipos de concordância com o sintagma predicativo dentro da *small clause*.

A proposta de Magalhães (2004) apresenta uma série de argumentos a favor da valoração de traços de concordância dentro do DP em termos da operação *Agree* (CHOMSKY, 1999), e mostra que *Agree* dá conta da valoração de traços tanto no nível da sentença quanto no nível do DP, contra a sugestão de Chomsky (1999) de que a concordância no DP envolveria algum outro mecanismo de checagem.

Chomsky (1999) propõe a operação *Agree* como uma operação que ocorre envolvendo os elementos  $\alpha$  e  $\beta$ , em que  $\alpha$  tem traços flexionais interpretáveis e  $\beta$  tem traços flexionais não-interpretáveis; os traços não-interpretáveis de  $\beta$  apagam-se mediante *Agree*. Apesar de ser motivada pela interface, a interpretabilidade de um traço é uma

propriedade inerente que está acessível ao longo da derivação. Os traços não-interpretáveis devem ser apagados, por essa operação, para que haja convergência da derivação. O apagamento desses traços faz-se na sintaxe, aplicando-se *Agree* em relações de concordância sob condições apropriadas, e internamente a uma fase.

Magalhães conclui sua análise afirmando que primeiro ocorre a valoração dos traços- $\Phi$  dos concordantes do DP e o traço de Caso do DP é valorado quando ele entra em relação de concordância com uma sonda. A valoração de traços dentro do DP acontece, então, da mesma forma que acontece a valoração de traços em construções participiais (CHOMSKY, 1999), diferindo no que diz respeito ao uso de etapas que ela assume como sendo uma consequência de sua análise.

Por outro lado, a análise de Magalhães dá conta, ainda, de estruturas como “As menina(s) bonita(s) / Nós vai”. Para a autora, nesses exemplos, os traços de número só se manifestam no argumento. E, dessa forma, pode-se pensar que a presença de traços de número no argumento está relacionado ao fato de os traços serem interpretados nos argumentos. No momento em que há uma perda da realização da flexão de número nos itens do sintagma, a realização fonológica dos traços se dá, exatamente, naquele item em que o traço é interpretável.

Magalhães ratifica a hipótese de Abney (1987), de que existe uma relação seletional semântica no DP entre D e N semelhante à relação existente no IP entre o sujeito e o verbo. No DP, D é o núcleo que seleciona o NP como complemento do mesmo modo que o VP funciona como complemento para Infl. Havendo, assim, uma relação argumento/predicado entre D e N no sintagma nominal e sujeito e verbo no sintagma verbal. Na sentença, os traços de número são interpretáveis no sujeito (argumento) e não-interpretáveis no verbo (predicado). O mesmo acontece no DP: traços de número são interpretáveis no D (argumento de N) e não-interpretáveis em N (predicado).

O determinante tem traços de número interpretáveis e de gênero não-interpretáveis; o nome tem traços de número não-interpretáveis e de gênero interpretáveis; já para os adjetivos esses traços são não-interpretáveis. A autora assume com Abney (1987) e Cinque (1994) uma estrutura básica para a relação sonda-alvo em DPs contendo adjetivos.

Algumas questões com relação à proposta de Magalhães têm a ver com a noção de fases, que são domínios onde as operações de concordância acontecem. Uma estrutura é composta por várias fases; as operações repetem-se em cada fase; depois de uma fase estar completa, ela é enviada para Spell-Out e tem-se um ciclo completo. Chomsky (1999) propõe CP e vP como fronteiras de fase. Os fenômenos do PB, ilustrados em (6 a-g), levantam problema para a concordância do sintagma predicativo, na *small clause*, levando em conta que o verbo cópula seleciona uma *small clause*, em que os traços-phi do sujeito seriam predicados ao predicativo. Esse problema é acrescido, ainda, dos casos de predicação secundária, em que a simetria com os dados de cópula é perfeita, em exemplos do tipo “a gente chegou cansado”.

Pelas razões já apontadas ao longo da discussão, acreditamos que o caminho para chegarmos à análise pretendida tem a ver com a estrutura interna do DP-pronominal vs. concordância, e a nossa expectativa é que essa investigação possa contribuir para outros estudos relacionados à questão da concordância no PB.

### Referências

- ABNEY, Steven. The English Noun Phrase in its Sentential Aspect. Ph.D. diss.; MIT, 1987.
- ANDERSON, Stephen R. Some Points of Agreement. Dept. of Linguistics, Yale University. JHU IGERT Workshop, 22 January, 2004.
- BLOOMFIELD, LEONARD. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1938.
- CARDINALETTI, Anna. On the internal structure of pronominal DPs. *The Linguistic Review* 11, Berlin, 1994. p. 195-219.
- CARDINALETTI, Anna. Subject and clause structure. In HAEGEMAN, L. *The New Comparative Syntax*. London: Longman, 1997. p. 33-63.
- CARDINALETTI, Anna. Italian emphatic pronouns are postverbal subjects. *Working Papers di Venezia*, v. 9, 1999. p. 1-20.

- CARDINALETTI, Anna. Toward a cartography of subject positions. In RIZZI, Luigi (ed.). *The Structure of CP and IP. The Cartography of Syntactic Structures*. v. 2, Oxford University Press, 2004. p. 115-165.
- CARDINALETTI, Anna & STARKE, Michal. The typology of structural deficiency. A case study of the three classes of pronouns. In VAN RIEMSDIJK, H.. *Clitics in the Languages of Europe*, EALT/EUROTYP 20-5, Berlin/New York: Mouton De Gruyter, 1999. p. 145-233.
- CARSTENS, Vicki. Concord in Minimalist Theory. *Linguistic Inquiry*. The MIT Press, v. 31 (2), 2000. p. 319-335.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language*. Its nature, origin and use. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by Phases. Ms., 1999.
- CORBETT, Greville G. *Gender*. New York: Cambridge University Press, 1999 [1991].
- CORBETT, Greville G. Agreement: Terms and Boundaries. In GRIFFIN, W. E. (ed.). *The Role of Agreement in Natural Language: TLS 5 Proceedings*. Texas Linguistic Forum, 53, 2003a. p. 109-122.
- CORBETT, Greville G. The canonical approach in typology. To appear in: FRAJZYNGIER, Zygmunt, ROOD, David & HODGES, Adam (eds.). *Linguistic Diversity and Language Theories*. Amsterdam: Benjamins, 2003b.
- COSTA, João; MOURA, Denilda & PEREIRA, Sandra. Concordância com *a gente*: um problema para a teoria de verificação de traços. ACTAS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA. ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA PORTUGUESA, Lisboa 2001, p. 639-655.
- DANON, Gabi. The Syntax of Determiners in Hebrew. Thesis, Tel-Aviv University, May 1996.
- DÉCHAINED, Rose-Marie and WILTSCHKO, Martina. Decomposing Pronouns. *Linguistic Inquiry*. The MIT Press, v. 33 (3), 2002. p. 409-442.

- GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- HARLEY, Heidi & RITTER, Elizabeth. Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis. *Language* 78, 2002. p. 482-526.
- KAYNE, Richard. *Syntaxe du français*. Le cycle transformationnel. Paris: Éditions du Seuil, 1977 (versão francesa de Kayne (1975)).
- MAGALHÃES, Telma M. V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. *Revista DELTA*. São Paulo: PUC-SP, v. 20 (1), 2004. p.149-170.
- MENUZZI, Sérgio. First person plural anaphora in Brazilian Portuguese: chains and constraint interaction in binding. In João Costa (ed). *Portuguese Syntax*. New Comparative Studies. Oxford University Press, 2000. p. 191-240.
- MOURA, Denilda e FARIAS, Jair (Orgs.). *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: Edufal, 2005.
- RITTER, Elizabeth. Two functional categories in noun phrases: evidence from modern Hebrew. In ROTHSTEIN, Susan (ed.). *Syntax and semantics* 26. San Diego, California: Academic Press, 1991, p. 37-62.
- RITTER, Elizabeth. Where's Gender? *Linguistic Inquiry*. The MIT Press, v. 24. n. 4, 1993. p.795-803.
- RITTER, Elizabeth. On the syntactic category of pronouns and agreement. *Natural Language and Linguistic Theor.* Kluwer Academic Publisher, 13, 1995. p. 405-443.
- RULLMANN, Hotze. First and second person pronoun as bound variables. *Linguistic Inquiry*. The MIT Press, v. 35 (1), 2004. p. 159-168.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.
- SOUSA DA SILVEIRA. *Lições de Português*. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.
- TARALLO, Fernando. *Tempos Lingüísticos*. Itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.
- WECHSLER, Stephen. Number as person. Proceedings of Fifth Syntax and Semantics Conference in Paris, 2003